

# A ONU enfrenta o...

por Getúlio Bittencourt  
de Nova York  
(Continuação da 1ª página)

Os norte-americanos, desta vez com algum suporte europeu, queriam a inclusão do conceito de que a redução da dívida se deve fazer sem transferência de ônus do setor privado para o setor público.

A restrição teve certo apoio europeu porque é atribuída originalmente a uma declaração do chanceler alemão Helmut Kohl, na reunião do Fundo Monetário Internacional em Berlim Ocidental há poucos meses. Também é essa a posição do Banco Mundial (BIRD), recentemente delineada pelo seu vice-presidente executivo, Moeen A. Qureshi, em Londres.

Mas a impossibilidade de um acordo com os Estados Unidos, para aprovar a resolução por consenso, terminou abrindo caminho para que a restrição não fosse mencionada no texto final. Para que os Estados Unidos também apoiassem a resolução em plenário, o "Grupo dos 77" teria de retirar os conceitos da UNCTAD e os conceitos novos do texto, e incluir o conceito defendido pelos norte-americanos.

Basicamente os Estados Unidos defenderam a inclusão dos conceitos de que as soluções para a dívida externa do Terceiro Mundo precisam ser dadas pelo próprio mercado, e voluntariamente. Isso retira a discussão do território político, colocando-a mais estritamente na esfera da dívida comercial. O "Grupo dos 77" não aceitou.

## ABSTENÇÃO DO JAPÃO

Já a abstenção de voto do Japão se explica mais pela resistência de seus delegados a aceitar algumas definições que a resolução dá sobre a natureza política da dívida. A posição japonesa, do ponto de vista dos países em desenvolvimento, sofreu um retrocesso em relação às suas posições nos dois últimos anos.

Esta é a terceira resolução da ONU sobre a dívida

externa do Terceiro Mundo. Durante anos os países em desenvolvimento tentaram introduzir o tema na Assembleia Geral, para abordá-lo também de um ângulo político, mas enfrentaram a firme resistência dos Estados Unidos.

Eles venceram pela primeira vez em 1986, quando a Assembleia Geral aprovou a Resolução nº 41/202, por consenso, propondo maior apoio dos países desenvolvidos aos mais atrasados, com especial atenção para o caso dos países pobres da África.

Em 1987 a ONU aprovou sua segunda resolução (42/198) sobre o tema, já com o voto contrário dos Estados Unidos, mas ainda com o apoio do Japão, propondo que "crescente flexibilidade deve ser aplicada pelas partes concernentes na criação de abordagens inovadoras para reduzir o peso do débito dos países em desenvolvimento".

Essa mesma resolução pediu que o secretário-geral realizasse consultas a órgãos relevantes e per-

sonalidades eminentes para preparar um relatório sobre a dívida externa. Pérez de Cuéllar fez as consultas no início de setembro, em que o representante brasileiro foi o ex-ministro da Fazenda, Luiz Carlos Bresser Pereira. Outras personalidades ouvidas foram o presidente do American Express, James Robinson, e o vice-presidente executivo do BIRD, Moeen A. Qureshi.

Seu relatório de 43 páginas, "A Crise na Dívida Externa e o Desenvolvimento", publicado a 30 de setembro último, contém diversas sugestões de política que provavelmente integrarão as próximas ações de Pérez de Cuéllar. As principais são as seguintes:

- A redução da transferência líquida de capital dos países em desenvolvimento para os industrializados deve ser um dos objetivos essenciais na política da dívida.

- Parte da redução do principal pode ser obtida pela conversão de dívida

em investimentos, mas a redução que se obtém dessa forma é provavelmente insuficiente.

- Há opiniões muito divididas sobre o papel das entidades bilaterais ou multilaterais nos projetos de redução da dívida.

- Alguns especialistas sugerem a formação de um cartel de devedores se não ocorrer uma redução negociada do principal.

- Propõe-se a negociação da dívida recíproca entre os países em desenvolvimento.

"Enfim", raciocina o embaixador brasileiro em Washington, Márcio Marques Moreira, "a ONU tenta recuperar a importância econômica que teve nos anos 50 e 60, agora que reconquistou sua relevância política nas crises do Afeganistão, Irã-Iraque e Namíbia. Nas décadas passadas, noções como a de desenvolvimento foram criadas na ONU, como um passo adiante da noção de progresso, que prevalecia antes da II Guerra Mundial", recorda.